

NA ENCRUZILHADA DO DESTINO: A LIBERDADE COMO AQUILO QUE DEFINE O SIGNIFICADO DE SER HUMANO, SEGUNDO A FILOSOFIA DE ÒRÚNMÌLÀ

Carlos Eduardo da Silva Rocha¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

 <https://orcid.org/0009-0004-7648-6729>

E-mail: cadusilvarocha@gmail.com

RESUMO:

Este artigo propõe uma desconstrução das leituras fatalistas do conceito de Orí no pensamento de Òrúnmìlà, contrapondo-se às interpretações de Bọlájí Idowu e Ségún Gbadegesin, para quem as três formas de concessão do destino em Ifá (Àkúnlẹ̀yàn, Àkúnlẹ̀gbà e Ayànmọ) configurariam uma sujeição inalterável do agente a um plano preestabelecido. Mediante uma análise hermenêutico-alébrica e filológica desses conceitos, e a partir da etimologia de ènìyàn (pessoa que escolhe), defende-se que tais instâncias não constituem fatalidade, mas expressões da livre-vontade (Ìfẹ̀-àtínúwá) e da responsabilidade moral do agente. Argumenta-se que a leitura fatalista decorre de uma interpretação excessivamente literal dos mitos e provérbios ifistas, a qual ignora sua dimensão alébrica e a centralidade da escolha (yàn) na constituição ontológica do ser humano. O artigo distingue, ainda, o conteúdo do destino escolhido, irrevogável, do modo como esse destino se desdobra na existência terrena, que depende do caráter (ìwà) e do esforço (ẹ̀sẹ̀) do agente. Conclui-se que Ifá constitui um sistema filosófico no qual o ser humano é protagonista de seu próprio destino, de modo que a interpretação fatalista representa uma antítese ao pensamento de Òrúnmìlà.

PALAVRAS-CHAVE: Orí; Destino; Livre-vontade; Fatalismo; Ènìyàn.

AT THE CROSSROADS OF DESTINY: FREEDOM AS THAT WHICH DEFINES THE MEANING OF BEING HUMAN, ACCORDING TO THE PHILOSOPHY OF ÒRÚNMÌLÀ

ABSTRACT:

This article proposes a deconstruction of fatalistic readings of the concept of Orí in the thought of Òrúnmìlà, engaging critically with the interpretations of Bọlájí Idowu and Ségún Gbadegesin, for whom the three modes through which destiny is granted in Ifá (Àkúnlẹ̀yàn, Àkúnlẹ̀gbà, and Ayànmọ) would amount to an unalterable subjection of the agent to a preordained plan. Through a hermeneutic-allegorical and philological analysis of these concepts, and drawing on the etymology of ènìyàn (the person who chooses), the article argues that these three instances do not constitute fatalism, but rather expressions of free will (Ìfẹ̀-àtínúwá) and of the agent's moral responsibility. It is argued that the fatalistic reading stems from an excessively literal interpretation of Ifá's myths and proverbs, one that overlooks their allegorical dimension and the centrality of choice (yàn) to the ontological constitution of the human being. The article further distinguishes the content of the chosen destiny, irrevocable, from the manner in which that destiny unfolds in earthly existence, which depends on the agent's character (ìwà) and effort (ẹ̀sẹ̀). It concludes that Ifá constitutes a philosophical system in which the human being is the protagonist of his or her own destiny, so that the fatalistic interpretation stands as an antithesis to the philosophy of Òrúnmìlà.

KEYWORDS: Orí; Destiny; Free Will; Fatalism; Ènìyàn.

¹Doutor(a) em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

Introdução: sobre a fatalidade do destino

Façamos o seguinte exercício: imaginemos que nos encontramos no centro de uma encruzilhada. À nossa volta, quatro caminhos se apresentam. Tudo o que aquela/e que se encontra no centro do cruzamento precisa fazer é escolher qual caminho quer tomar e dar os primeiros passos. Mas será assim tão simples?

Agora imaginemos que essa encruzilhada representa os caminhos do destino e que ènìyàn (ser humano), se encontra em seu centro. Cada caminho que se estende representa um destino a ser vivido. Cada destino representa uma escolha. Porém, para que uma escolha seja feita é necessário que uma condição esteja garantida: liberdade do agente. Para que uma escolha seja livre, a vontade daquela/e que escolhe deve ser igualmente livre. Isto posto, devemos questionar: será o Orí um conceito fatalista? Será ènìyàn realmente livre para escolher? Será que Orí pode ser defendido como receptáculo de Ìfè-àtínúwá, da livre-vontade? Ao abordar a questão do Orí, Idowu nos lembra da seguinte canção:

Ohun orí wá ẹ̀ / Kò mà ni ' ẹ̀' alai ẹ̀ e o. / O que orí veio cumprir / Não pode fazer outra coisa, senão, cumpri-lo. (Idowu, 2012, p. 171, tradução nossa)

Estes versos, parecem sugerir que o destino contido no Orí é algo que uma vez escolhido é irreversível, ou seja, uma fatalidade. Ao se debruçarem sobre o conceito do Orí, alguns estudiosos e intérpretes levantaram a questão da fatalidade. Assim, questionaram se a concepção ifista do destino não se trataria, na verdade, de uma concepção fatalista. Sobre os conceitos de destino e fatalismo, diz Odalele Balogun, em *The Concept of Ori The and Destiny in Traditional Yoruba Thought: A Soft-Deterministic Interpretation*:

O destino humano é o poder misterioso que se acredita controlar os eventos da vida humana. Destino ou predestinação é a crença de que seja lá o que tenha acontecido ou que irá acontecer no futuro é preordenado e acontece de acordo com um plano mestre anterior. É a crença na qual toda pessoa tem sua biografia escrita antes de vir ao mundo o que consequentemente implica que seja lá o que uma pessoa fizer não será uma ação de sua livre-vontade, mas o cumprimento da história pré-ordenada [...] Consideremos a noção de fatalismo. Fatalismo é a crença na qual o que quer que aconteça não poderia ter sido de outra forma. Em outras palavras, alguns eventos são tão certos que eles precisam ocorrer não importa o que aconteça. Por implicação, o fatalismo não dá espaço para o esforço humano, autocrítica ou envolvimento. Como resultado, um fatalista encara as coisas com uma mente imperturbada e sem sentimento de culpa (sem responsabilidade moral), já que todas as coisas estão fora de seu controle. (Balogun, 2007, p. 116-130, tradução nossa)

Na passagem de Balogun, percebemos que uma coisa se destaca: a impotência da pessoa diante dos acontecimentos da vida. Para o fatalismo, os acontecimentos da vida humana são pré-ordenados e inevitáveis, o que vai de encontro com a noção de livre-vontade. Se os eventos são inevitáveis, de nada vale a vontade da pessoa, já que não importa o quanto ela se empenhe, pois não terá controle sobre o que está por vir. Em outras palavras, para o fatalismo, o ser humano não é livre, mas um mero brinquedo na trama do destino. Se a pessoa não é livre, logo, ela não tem poder de escolha, dessa forma, qualquer decisão que ela tome sobre os rumos de sua vida, não passará de uma mera ilusão, pois sua biografia já está pré-escrita. Uma biografia pré-ordenada parece eximir a pessoa de toda a responsabilidade moral, visto que ela não pode ser responsabilizada sobre aquilo pelo qual não tem o menor controle.

A noção de ser humano no fatalismo confronta diretamente a de Ifá onde o que define a humanidade é "yàn" (escolha), tanto que o indivíduo composto de ara (corpo) e èmí (sopro vital) só se torna um ser humano de fato quando tem diante de si seu primeiro ato de escolha, seu Orí

(Cabeça) e o destino nele contido. Para Ifá, "èniyàn" (ser humano), só passa a existir enquanto tal, porque assim o escolheu. Quando o indivíduo escolhe seu destino o ser humano surge, assim, de acordo com os mitos, a escolha do Orí e do destino nele contido são os elementos que definem a pessoa que aquele determinado indivíduo se tornará.

Fica óbvio que a concepção de ser humano de Ifá se opõe diretamente à fatalista, visto que para o fatalismo o ser humano não é um agente, mas um espectador passivo de uma sucessão de acontecimentos sobre os quais não tem controle. Em outras palavras, a noção de livre-vontade (Ìfẹ̀-àtínúwá) para o fatalismo não passa de uma ilusão. Ao que parece, Ifá e fatalismo são antagônicos, não obstante, alguns estudiosos de Ifá concebem o conceito do Orí como fatalista e afirmam que o destino não é uma escolha, mas uma imposição diante da qual o ser humano se encontra impotente. Vejamos agora algumas dessas posições fatalistas acerca do conceito do Orí e como nossa tese da livre-vontade pode nos ajudar a contra-argumentar essas interpretações.

O fatalismo e o problema da escolha

Segun Gbadegesin, em *Toward a Theory of Destiny*, ao se debruçar sobre o conceito do Orí (2004, p. 313-323) e a questão do destino, estuda os mitos contidos no odù Ogbègúndá. Ao estudar o mito de Afùwàpé e seus dois amigos em sua jornada para o àiyé (Ogbègúndá / Ogbèyónú) Gbadegesin se indaga: será que há uma escolha realmente envolvida? (Gbadegesin, 2004, p. 313-314).

A noção de escolha é fundamental para o conceito do Orí. É pela escolha que o indivíduo, munido de ara e ẹ̀mí, escolhe seu Orí e se torna um ser humano, com um destino a cumprir. Para Ifá o destino é uma escolha. No entanto, algumas interpretações questionam se o Orí e o destino realmente podem ser considerados como uma escolha, visto que para que uma escolha seja autêntica é necessário liberdade por parte do agente, caso contrário o destino não seria uma escolha, mas uma imposição. Quanto ao Orí, Gbadegesin (p. 315) destaca as três formas pelas quais este é concedido a èniyàn, segundo Ifá: Àkúnlẹ̀yàn, Àkúnlẹ̀gbà e Ayànmọ̀.

Idowu também destaca as três formas que o destino é concedido e observa que elas sustentam a crença de que o destino é inalterável. Ele diz que o destino, em sua natureza, é inalterável, já que nos mitos o Orí é duplamente selado por Oníbodè, o porteiro. Destaquemos a passagem de Idowu acerca das três formas que o Orí é concedido:

Dissemos que, por sua própria natureza, o destino é inalterável, especialmente por ter sido duplamente selado, isto é, durante o ato de seu recebimento e, finalmente, nos "portões". Parece, então, que não há nada que alguém possa fazer a respeito daí em diante. Há muitos provérbios que sustentam essa crença: A kunlẹ̀ yàn ni a-d'-aiyé-bá / A kunlẹ̀ a yàn 'pin / A d' aiyé tán ojú nro ni. Aquilo-que-é-escolhido-de-joelhos é o que-se-encontra-ao-chegar-no-mundo; / Nós nos ajoelhamos e escolhemos uma porção, / Nós viemos ao mundo e não estamos satisfeitos. A kunlẹ̀ gbà l'o wà l'owọ̀ ẹ̀dà: / Kò s'ogbón ọwọ̀ / Kò s'ogbón ọmọ. Aquilo-que-é-escolhido-de-joelho é o que a criatura detém: / Não há (outra) maneira de (obter) dinheiro. / Não há (outra) maneira de (obter) filhos. A-yàn-mọ̀ 'ò gb' ogùn. Aquilo que é afixado a alguém não pode ser retificado com remédio. (Idowu, 2012, p. 175, tradução nossa)

Idowu se baseia nestes provérbios para sustentar sua defesa da inalterabilidade do destino, defendendo que, uma vez que a questão do destino tenha sido decidida, não há mais nada a ser feito. Os provérbios destacados por Idowu parecem sugerir a fatalidade do destino, como, por exemplo: "A kunlẹ̀ yàn ni a-d'-aiyé-bá; A d' aiyé tán ojú nro ni." (Aquilo-que-é-escolhido-de-joelhos é o que-se-encontra-ao-chegar-no-mundo/ Nós viemos ao mundo e não estamos satisfeitos.). Neste provérbio vemos a presença da escolha, no entanto, ele remete a uma insatisfação com a mesma e parece sugerir sua fatalidade. Também podemos mencionar: "A-yàn-

mọ 'ò gb' ogùn" (Aquilo que é afixado a alguém não pode ser retificado com remédio). Aqui temos duas questões: "aquilo que é afixado", que parece remeter a uma imposição, e "não pode ser retificado com remédio", que parece sugerir uma fatalidade, algo para o qual não há nem mesmo um remédio (oògùn) que cure ou altere. Fica clara a posição fatalista de Idowu e o porquê de ele usar esses provérbios para sustentá-la, já que estes parecem conceber as três formas de receber Orí como algo fatal. Embora possamos perceber o termo "yàn" (escolha) nas duas formas que destacamos "A kunlẹ̀yàn" e "A-yàn-mọ", Idowu ainda se mostra irredutível quanto à possibilidade de alteração do destino, pois, ainda que reconheça a presença da escolha, para ele, uma vez feita, ela é terminal.

Gbadegesin também se debruça sobre as três formas pelas quais o Orí é conferido ao ser humano (Gbadegesin, 2004, p. 315). Àkúnlẹ̀yàn, que ele traduz por "aquilo que alguém se ajoelha para escolher", é, segundo ele, a forma onde a própria entidade humana escolhe um determinado destino. Gbadegesin relaciona Àkúnlẹ̀yàn ao mito de Afùwàpé contido no odù Ogbèyónú, no que concordamos inteiramente com ele, pois no mito os três personagens escolhem seus Orí mediante sua livre-vontade, sendo que Afùwàpé faz uma boa escolha por ter acolhido os conselhos de Ifá, ao passo que seus amigos escolheram de forma equivocada.

Já Àkúnlẹ̀gbà, ele traduz por "aquilo que é recebido de joelhos", trazendo uma tradução diferente da de Idowu, que coloca o termo "escolha" em sua tradução. Concordamos mais com a tradução de Gbadegesin, visto que o termo "yàn" não está presente em Àkúnlẹ̀gbà. Nesta forma, Gbadegesin interpreta o destino como uma imposição, muito provavelmente divina. Ele diz que aquele que recebe é uma entidade passiva, sem poder de escolha. Para ele, o problema da escolha não está presente, mas o problema da responsabilidade sim, já que se alguém teve o destino imposto sobre si não pode ser moralmente responsabilizado. Fica claro que para Gbadegesin Àkúnlẹ̀gbà se trata de uma fatalidade, algo terminal e inalterável. Quanto a Ayànmọ, traduzido por ele como "aquilo que é escolhido e afixado a alguém", é interpretado como uma escolha. Contudo, segundo Gbadegesin, não temos uma ideia clara de quem está fazendo essa escolha, isto é, não sabemos se é a própria pessoa que escolhe seu destino ou se alguma divindade escolhe e o afixa no ser humano.

A tradução de Gbadegesin é diferente da de Idowu, pois considera o termo "yàn" (escolha) presente em A-yàn-mọ. No entanto, diferente de Idowu, que mantém uma interpretação totalmente fatalista, Gbadegesin levanta uma dúvida. Para ele, se Ayànmọ reconhece que é a pessoa que escolhe seu destino, a responsabilidade moral recai sobre a própria pessoa; contudo, se o destino é escolhido por uma divindade e afixado na pessoa, ela não pode ser moralmente responsabilizada por aquilo que não escolheu livremente. Assim, para Gbadegesin, Ayànmọ pode representar tanto uma forma onde o destino é escolhido livremente pelo ser humano quanto uma imposição divina, onde a pessoa não pode ser responsabilizada por aquilo que nunca escolheu.

O que podemos perceber até aqui? Que a questão do fatalismo está diretamente ligada à questão da escolha. Gbadegesin (2004, p. 316) argumenta que escolha pressupõe liberdade, informação e alternativas genuínas, e que nenhuma dessas condições estaria presente na "escolha" do destino. Ele afirma que a entidade constituída por ara (corpo) e ẹ̀mí (sopro vital) não é livre, pois precisa ter um destino, de modo que a pessoa não pode se esquivar de fazer uma escolha. Ele questiona como uma entidade sem personalidade pode escolher, já que é a "escolha" do Orí que confere a personalidade. Gbadegesin ainda observa que, nos mitos, o indivíduo não tem informações suficientes para fazer uma escolha. Ele argumenta que o indivíduo não sabe qual destino compõe cada Orí, não podendo comparar as cabeças para escolher com segurança. Para ele não há uma escolha real sem conhecimento prévio daquilo que está sendo escolhido.

Como podemos perceber, a noção de escolha entra em conflito direto com a concepção fatalista, pois para o fatalismo a escolha não passa de uma ilusão. Não há liberdade em uma concepção fatalista e, sem liberdade, não há escolha. Em outras palavras, no fatalismo não há

livre-vontade, pois, como estudamos, é a vontade que move as escolhas humanas, e uma escolha livre necessita de uma vontade igualmente livre. Ao estudar o mito de Ogbèyónú, Gbadegesin parece não perceber o elemento que motiva seus protagonistas: a livre-vontade. No mito o que motiva os três amigos é sua vontade de se tornarem humanos e iniciar sua jornada para o àiyé. A vontade dos protagonistas guia suas escolhas a cada momento do mito, e é o empenho da vontade que leva Afùwàpé à escolha de um bom Orí. Se é a vontade que motiva a escolha, o fatalismo entra em conflito direto com a noção de livre-vontade, pois se a escolha é uma ilusão, o veículo que a motiva é ainda mais ilusório. Dessa forma, a interpretação fatalista do Orí entra em rota de colisão com o conceito de Ìfẹ̀-àtinuwá e, por conseguinte, com a nossa tese do Orí como receptáculo da livre-vontade.

O fatalismo é a tese que defende que todos os acontecimentos da vida humana são obra da inevitabilidade do destino e, portanto, ocorrem por necessidade. Para os fatalistas, a ideia de livre-vontade é falaciosa, pois mesmo que o ser humano se julgue um agente livre, ele seria, na verdade, um brinquedo nas mãos de um destino cujos acontecimentos não pode prever nem evitar o que acaba eximindo o indivíduo de toda a responsabilidade moral. Mas será o fatalismo uma interpretação adequada para o conceito do Orí? Para Ifá, a escolha é o elemento que define a humanidade. Poderá uma interpretação que nega a possibilidade de escolha ser apropriada para o pensamento de Òrúnmìlà? Apresentemos agora nossa contra-argumentação à interpretação fatalista com base em nossa tese do Orí como receptáculo da livre-vontade.

Destino: um ato da livre escolha

Para Ifá, todos escolhemos um destino no Òrún, e é essa escolha que dá início à humanidade. Nos mitos, o indivíduo composto por ara e èmí é apenas um corpo animado, sem personalidade ou propósito. Mas ao escolher seu Orí, sua Cabeça, o ser humano surge.

Se a escolha é o que define a humanidade e o destino a ser trilhado, então, para o pensamento de Òrúnmìlà, não há contradição entre destino e liberdade. Todavia, como estudamos, há entre os intérpretes da filosofia de Ifá aqueles que consideram o fatalismo a interpretação mais adequada para o conceito do Orí. Diante disso, vamos confrontar essa posição defendendo que o fatalismo é, na verdade, uma antítese da filosofia ifista.

Para estudar os odù é necessário penetrar em seus versos e interpretar suas metáforas. Esse, nos parece, é o maior equívoco dos intérpretes fatalistas: a literalidade. Quando apresentam suas críticas, parecem tomar os mitos de forma literal, o que faz com que percam a riqueza de seus símbolos. Essa literalidade leva a uma interpretação equivocada, como, por exemplo, a da canção trazida por Idowu que destacamos no início deste estudo. Relembremos os versos: "Ohun orí wá ṣ/ Kò mà ni 'ṣ' aláì ṣe e o" (O que orí veio cumprir/ Não pode fazer outra coisa, senão cumpri-lo). A canção está correta. De fato, segundo Ifá, o que o Orí veio cumprir tem que ser cumprido. Todavia, o sentido contido nos versos não remete à fatalidade, mas à responsabilidade sobre o destino escolhido.

A canção traz uma lição sobre responsabilidade. Responsabilidade sobre como as escolhas pavimentam o caminho do destino. Para Ifá, todas as pessoas são destinadas e isso é inegociável. O ser humano só passa a existir a partir do momento em que escolhe um Orí e o destino nele contido. Em outras palavras, ser humano para Ifá é ser destinado. Contudo, a certeza do destino não é sinônimo de fatalidade, já que a forma como ele se desdobra depende exclusivamente das escolhas do agente. Acerca da compreensão literal dos mitos diz Adebale Ekanola, em *A Naturalistic Interpretation of the Yoruba Concept of Orí*:

Os relatos míticos estão sujeitos a duas críticas principais. A primeira é que levam a consequências incompatíveis, enquanto a segunda é que eles não devem ser interpretados

literalmente, mas compreendidos como uma alegoria. (EKANOLA, 2006, p. 42, tradução nossa, grifo nosso)

Ekanola postula que os mitos devem ser compreendidos como alegoria pois, do contrário, quem os interpreta pode concebê-los de forma fatalista. Os mitos que compõem os poemas de Ifá são ricos em alegorias que trazem uma importante lição: o significado de ser humano. Se olharmos atentamente para o termo "Ènìyàn", perceberemos que ele é formado por duas outras palavras, ènìà/ẹni (pessoa) + yàn (escolha), ou seja, literalmente "aquela/e que escolhe" ou, como preferimos traduzir, "pessoa que escolhe". Nenhum dos fatalistas aqui estudados fez o exercício de se debruçar sobre esse conceito.

Como mencionamos, Gbadegesin menciona o mito de Afùwàpé, que compõe o odù Ogbèyónú. O mito conta a história de três amigos, Orísèékú, Orílèémèrè e Afùwàpé, que decidem partir do Ọrún para o àiyé, sendo aconselhados a irem até a casa de Àjàlá, o oleiro, para escolherem seus Orí. Talvez se Gbadegesin tivesse se debruçado mais sobre o significado de ènìyàn, teria percebido que o mito de Ogbèyónú é uma alegoria sobre a livre-vontade humana. No mito, embora não seja mencionada diretamente, a livre-vontade (ìfẹ-àtinúwá) está sempre presente, pois, a todo momento, os protagonistas se encontram diante de encruzilhadas nas quais suas escolhas são a bússola que orienta sua jornada.

O ponto central do mito é a liberdade de escolha dos protagonistas e como essa liberdade acarreta responsabilidade e consequências. As escolhas precipitadas de Orísèékú e Orílèémèrè, aliadas a suas falhas de caráter, os levaram a Orí ruins e destinos danosos, ao passo que as escolhas pacientes de Afùwàpé, aliadas a seu bom caráter, o levaram a um bom Orí e um destino benéfico. Gbadegesin (2004, p. 316) postula que uma escolha pressupõe liberdade, informação e alternativas genuínas, afirmando que nenhuma dessas condições está presente na escolha do destino. Analisemos seus três apontamentos com base no conceito de ìfẹ-àtinúwá (livre-vontade) que consideramos inseparável do conceito de ènìyàn.

O primeiro apontamento é sobre liberdade. O termo yorubá para ser humano carrega em seu significado etimológico a liberdade de escolha, como já apontado de modo que não seria incorreto afirmar que, para Ifá, ser humano é ser livre. Vejamos os versos do mito onde a liberdade tem lugar de destaque:

No dia que foram até a morada de Olódūmarè para fazerem suas escolhas / Os três eram amigos / Um certo dia, deliberaram juntos, / E decidiram que iriam para o àiyé / Eles decidiram que quando chegassem ao àiyé / Eles se estabeleceriam lá / Com a esperança de que o àiyé seria melhor para eles do que Ọrún fora. / Eles pediram os conselhos dos mais velhos / E o conselho foi que antes de partirem para o àiyé / Primeiro deveriam ir até Àjàlá / Para escolherem seus ipín (lotes). [...] (Abimbólá, 1975, p. 181-182, tradução nossa)

Os versos mostram que os protagonistas deliberaram juntos e decidiram livremente ir para o àiyé, escolhendo seus lotes (ipín) que é o elemento composto pela personalidade e destino e, como estamos defendendo aqui, pela livre-vontade. Gbadegesin está correto ao afirmar que uma escolha requer liberdade, mas discordamos quando postula que os mitos não mostram essas condições. Logo nos primeiros versos, Ifá faz alusão direta à liberdade de escolha.

A segunda observação de Gbadegesin é sobre informação. Para que uma escolha seja feita, argumenta ele, o agente precisa de conhecimento prévio daquilo que escolhe. De fato, nos mitos ènìyàn não tem informação sobre o conteúdo do Orí antes de escolhê-lo. Os mitos colocam a escolha como uma escolha às cegas. Mas cabe perguntar: fazer uma escolha às cegas a torna menos livre? Uma escolha às cegas não significa falta de liberdade, significa apenas que o agente não tinha informações acerca da escolha, o que não a torna menos livre, desde que feita por sua própria volição. Quanto à escolha às cegas, diz Ifá em Ogbèyónú:

"Se esta é sua missão / Numerosos Orí estão disponíveis" / Então eles os levaram até o depósito dos Orí de Àjàlá. / Quando Orísèékú entrou, / Ele escolheu um Orí recém-feito / Que Àjàlá nem havia cozido / Quando Orílèémèrè também entrou / Ele escolheu uma cabeça muito grande, / Sem saber que estava rachada. / Os dois colocaram suas cabeças de barro / E se apressaram no seu caminho para àiyé. / A uma curta distância antes de alcançarem o ìsalayé, / Começou a chover; choveu por um longo tempo / E se recusaram a parar. / A chuva batia em Orísèékú e Orílèémèrè, / E, depois de bater em seus Orí por um longo tempo, / Os Orí ficaram encharcados; / Como resultado, incharam, / E pedaços começaram a cair, / Até as laterais estarem completamente desgastadas / E o que restou era liso e pequeno. (Abímbólá, 1975, pp. 192-193, tradução e adaptação nossas)

As escolhas de Orísèékú e Orílèémèrè foram escolhas às cegas, porém não menos livres por isso, pois foram feitas mediante a vontade. Um fatalista poderia argumentar que foi a inevitabilidade do destino que os levou a escolher Orí ruins. Mas isso seria a antítese da lição que o mito busca transmitir. Ifá ensina que o ser humano é totalmente livre para escolher, sejam as escolhas boas ou ruins, e que fazer escolhas às cegas faz parte da experiência humana.

Esse modelo de escolhas às cegas não se restringe apenas à abstração mítica, já que encontra também ressonância na experiência histórica dos yorùbá escravizados e trazidos da África para as colônias americanas. Aqui se torna importante salientarmos que escravidão no período colonial configurou uma violência cuja responsabilidade moral recai exclusivamente sobre os colonizadores europeus. Nenhuma leitura da filosofia de Ifá que se segue aqui pretende sugerir o contrário ou insinuar que a escravidão tenha sido, de algum modo, escolhida por quem a sofreu. Quanto à colonização, diz Oyèrónké Oyewùmí, na introdução de *What Gender is Motherhood? Changing Yorùbá Ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity*:

As sociedades que experienciaram a colonização sofreram muitos efeitos danosos, alguns psicológicos, alguns linguísticos, alguns intelectuais. Mas, talvez, nenhum tenha sido menos estudado que a subjugação e marginalização das epistemes locais perpetradas pela colonização. (Oyewùmí, 2016, p. 2, tradução nossa)

A colonização tem por objetivo silenciar as vozes originárias, sufocando suas culturas, religiões e filosofias em prol da cultura invasora que visa domínio e hegemonia. O epistemicídio é o modus operandi da colonização.

Quando os yorùbá escravizados foram sequestrados de suas terras para as colônias americanas, foram destituídos da liberdade de ir e vir e privados de seus oráculos para consultar seu destino. No entanto, os yorùbá escravizados não deixaram de ser ènìyàn, "a pessoa que escolhe". Mesmo diante do horror da escravidão, escolheram preservar sua filosofia e cultura para seus descendentes, ocultando o culto a seus Òrìṣà sob a máscara das imagens dos santos de seus alcos cristãos. Foi uma escolha às cegas, pois, desprovido de seus oráculos, confiaram apenas no caráter de sua escolha e na esperança de que seus descendentes um dia estariam livres para viver sua filosofia e cultura. O caráter (ìwà) e o esforço (ẹ̀ṣẹ̀) desses homens e mulheres foram o que permitiu que Ifá sobrevivesse em suas interpretações diaspóricas, como o Candomblé no Brasil ou o Ifá Lukumi em Cuba. A coragem dos escravizados mostra que até diante do horror da violência colonial a liberdade do caráter persiste mesmo onde toda outra liberdade fora arrancada.

Ao fazer uma escolha às cegas, a pessoa não é menos livre, porém assume um risco e essa nos parece ser a lição de Ifá. Mesmo que uma pessoa tenha informações sólidas acerca de uma escolha, ela não tem onisciência sobre as consequências que tal escolha poderá ter ao longo do tempo. Fazer escolhas às cegas é parte da condição humana, assim como arcar com a responsabilidade dessas escolhas.

A terceira observação de Gbadegesin é sobre a falta de alternativas. Para que uma escolha seja feita, argumenta ele, é necessário que o agente tenha alternativas. Aqui podemos concordar com ele, mas discordamos quando afirma que os mitos não fazem alusão a alternativas, pois estas estão presentes a todo momento. Nos versos citados lemos: "Se esta é sua missão/ numerosos Orí estão disponíveis". Essa é uma referência direta às alternativas necessárias para se fazer uma escolha. Orísèékú e Orílèémèrè escolhem seus Orí livremente e fazem escolhas ruins que os levaram a destinos danosos. Com base em nossa defesa do Orí como receptáculo da livre-vontade, Ifá ensina que a liberdade de escolha pode levar a decisões precipitadas, e que a pessoa deve saber lidar com as consequências de sua volição.

Três vezes livre: as três formas de concessão do destino como expressões da liberdade humana

Como já apontamos, ao destacar as formas pelas quais o destino é conferido, Idowu observa que elas sustentam a tese da inalterabilidade do destino, já que, segundo os mitos, o Orí é duplamente selado quando o ser humano passa pelo porteiro entre os mundos. Todavia, com base em nossa tese da livre-vontade, ofereçamos uma interpretação alternativa. E se as três formas que o destino é conferido não remeterem à fatalidade, mas, pelo contrário, à liberdade? E se representarem, na verdade, alternativas de escolha. Escolhas livres que o indivíduo faz para se tornar ènìyàn, o ser humano em sua plenitude?

Vejamos primeiro Àkúnlẹ̀yàn, que Idowu e Gbadegesin traduzem como "aquilo que escolhemos de joelhos", relacionando essa forma à sábia escolha de Afùwàpé, no que concordamos. O termo "A kunlẹ̀ yàn" carrega a palavra "yàn" (escolha) em sua composição, o que remete a uma escolha livre, na qual o indivíduo, mediante sua livre-vontade, se ajoelha diante de Olódùmarè e, sob o testemunho de Òrúnmìlà, escolhe seu Orí e com ele seu destino. Essa forma parece descrever bem o mito de Afùwàpé, como vemos em Ogbèyònú:

Ele então o pegou / E jogou no chão, / Ele se virou / E entregou para Afùwàpé / Afùwàpé perguntou, "será este bom?" / Àjálá disse que era bom. / Afùwàpé, então, fixou em sua cabeça, / E começou a se encaminhar em direção ao àyíé. (Abimbólá, 1975, p. 204, tradução e adaptação nossas)

As escolhas corretas de Afùwàpé, aliadas a seu bom caráter, o levaram a um bom destino que de forma alguma lhe foi imposto, mas foi um ato de sua própria volição. Em Àkúnlẹ̀yàn, não vemos dificuldade em perceber o destino como ato de livre-vontade. Passemos, então, a Ayànmọ̀, termo que também carrega em sua constituição a palavra "yàn". Idowu traduz o termo por "aquilo que é afixado"; Gbadegesin, por "aquilo que é escolhido e afixado a alguém". Gbadegesin levanta uma dúvida quanto à questão da escolha em Ayànmọ̀: se é a própria pessoa que escolhe seu Orí, a responsabilidade recai sobre ela. Por outro lado, se é uma divindade que escolhe e afixa o destino, a responsabilidade não deveria recair sobre a pessoa.

Já para Idowu não parece haver dúvida quanto à fatalidade de Ayànmọ̀, já que destaca: "A-yàn-mọ̀ 'ò gb' ogùn", isto é, "aquilo que é afixado não pode ser retificado com remédio". Em outras palavras, o destino é inevitável. Estamos inclinados a concordar com a primeira posição de Gbadegesin, a de que a escolha é da própria pessoa e a responsabilidade é dela e somente dela, já que nenhum dos mitos aqui estudados coloca o Orí como imposição divina. No mito de Ogbèyònú, Orí é soberano em sua prerrogativa de ser a última parte da constituição humana e o receptáculo do destino. Recordemos que, para Ifá, "ènìyàn" é "a pessoa que escolhe": e é apenas pela escolha do Orí que o indivíduo se torna ènìyàn. Por isso consideramos correta a leitura de Ayànmọ̀ como escolha da própria pessoa, e equivocada a hipótese de uma imposição divina, que contradiria o próprio mito de Ogbèyònú.

Mas como confrontar Idowu, que afirma que Ayànmọ "não pode ser retificado com remédio"? Sua tradução de "'ò gb' ogùn" nos parece correta, o que discordamos é da leitura que ele faz dessa frase, que percebemos como demasiadamente literal, o que acaba enquadrando Ayànmọ dentro do fatalismo. Analisemos o termo "oògùn" (remédio) com base em nossa tese da livre-vontade. Segundo o dicionário de Beniste (2020, p. 562), significa "remédio", "medicamento", mas também "magia" ou "encanto". Idowu conclui que não há remédio que possa retificar Ayànmọ, ou seja, o que tiver que ser, será.

Aqui é preciso enfrentar de frente a objeção mais óbvia que um leitor fatalista levantaria. Se não há remédio que altere o destino, isso não seria a própria definição de fatalismo? A resposta está em distinguir dois planos que a leitura literal de Idowu confunde. Primeiro é conteúdo do Orí escolhido, o "lote" que ènìyàn tomou de joelhos diante de Olódùmarè, que, uma vez escolhido, não pode ser trocado por outro, assim como não se pode desfazer uma decisão já tomada. Segundo é o modo como esse destino se desdobra na vida terrena, que depende inteiramente do ìwà (caráter) e do èsẹ (esforço) do agente. "Não há remédio" (kò gb'ogùn) nega apenas a possibilidade de um atalho mágico que reverta a escolha originária. Não nega a agência sobre como ela se cumpre. É essa distinção entre o destino escolhido e o destino vivido que separa nossa leitura do fatalismo. O fatalista nega justamente que o modo de cumprimento dependa do agente. Já Ifá, ao contrário, faz de ìwà e èsẹ os elementos centrais desse cumprimento.

Se olharmos atentamente para a frase "A-yàn-mọ 'ò gb' ogùn" (aquilo que é escolhido e afixado a alguém e não pode ser retificado com remédio), ela não sugere fatalidade, mas chama a atenção para a responsabilidade acerca das escolhas. Não há atalho fácil para que um bom destino seja alcançado ou um destino ruim retificado, apenas as escolhas guiadas pelo bom caráter (ìwàrerere) podem fazê-lo. E o que é o caráter, senão o ato de uma vontade livre? Em Ayànmọ, Ifá ensina que não há atalhos, remédios ou magias para alcançar um destino benéfico, mas escolhas pavimentadas pela vontade do agente.

Resta a questão de Àkúnlẹgbà, que Idowu traduz como "aquilo-que-é-escolhido-de-joelho", tradução da qual discordamos, pois o termo "yàn" não está presente em Àkúnlẹgbà. Concordamos, portanto, com a tradução de Gbadegesin, "aquilo que é recebido de joelhos". Apesar da diferença, Idowu e Gbadegesin partilham a mesma tese, ou seja, que se trata de uma fatalidade, uma imposição divina de Olódùmarè. De Jagun também partilha dessa leitura: "nessa situação a pessoa se ajoelha perante Ọlórún, mas é este quem lhe impõe o destino" (DE JAGUN, 2015, posição 1845).

Considerar Àkúnlẹgbà como fatalidade nos parece uma contradição com o conceito de "ènìyàn", pois a escolha é condição sine qua non para o significado de ser humano segundo Ifá. Se o destino for imposição divina, não há liberdade por parte do indivíduo, logo não há escolha e sem escolha não há humanidade. Como podemos, então, conciliar os dois conceitos? Chamamos a atenção para o termo "Àkúnlẹ", que significa o "ato de se ajoelhar". O mito de Ogbèyónú mostra que o destino é uma escolha individual e livre. Em nenhum momento o mito dá a impressão de algo imposto, mas de uma escolha abraçada pelos personagens. Ajoelhar-se diante de Olódùmarè para receber o Orí não nos parece uma imposição divina, mas um ato da livre-vontade humana, pois, do contrário, a humanidade não poderia surgir dali.

Mas como pode ser uma escolha se o termo "yàn" não está presente? O termo não está, mas o ato da escolha sim. A escolha está no ato de se ajoelhar diante de Olódùmarè e receber o destino. Ajoelhar-se diante da alta divindade é reconhecer sua senioridade e é, ele mesmo, um ato de escolha que faz daquele que recebe o destino ènìyàn, um ser humano. O termo "Àkúnlẹgbà" é formado por Àkúnlẹ (o ato de ajoelhar-se) + Gbà (receber, acolher, admitir, concordar) o que de forma alguma sugere imposição, mas alguém que se ajoelha e acolhe, admite ou concorda com aquilo pelo que está se ajoelhando. Sendo a humanidade uma escolha, "Àkúnlẹ" é, segundo nossa interpretação, um ato voluntário, um ato de escolha (yàn), um ato da livre-vontade (ifẹ-àtinúwá).

Mesmo que o morfema "yàn" esteja ausente da palavra, a agência da escolha está presente na ação.

Assim, as três formas pelas quais o destino é conferido ao ser humano não representam fatalidades, mas expressões da liberdade. Ao se ajoelhar diante de Olódùmarè, ènìyàn não se coloca em posição servil, mas reconhece a senioridade da alta divindade. O ato de ajoelhar-se (Àkúnlè) representa um ato da livre-vontade, um ato de escolha, que faz do agente um ser humano completo. Um ser humano cujas escolhas terão o caráter (ìwà) como guia nos caminhos do destino.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, vimos que intérpretes como Idowu e Gbadegesin tentam enquadrar o conceito do Orí em uma visão fatalista, na qual os eventos do destino estariam fadados a acontecer independentemente da vontade do indivíduo. Consideramos, contudo, que o fatalismo não é uma interpretação válida para as três formas pelas quais Ifá concebe a concessão do destino, visto que a questão do fatalismo está intimamente ligada à questão da escolha e, para Ifá, a humanidade é, ela mesma, uma escolha. Àkúnlèyàn, Àkúnlègbà e Ayànmọ não representam fatalidades, mas atos de escolha, atos da livre-vontade.

Ao investigarmos de forma filológica os conceitos de Àkúnlèyàn, Àkúnlègbà e Ayànmọ, percebemos que as três formas de concessão do destino não configuram imposições arbitrárias ou sentenças de passividade. Pelo contrário, ao interpretarmos as três formas de concessão do destino sob a luz do conceito de ènìyàn, compreendido etimologicamente como “pessoa que escolhe”, percebemos que as três categorias se revelam como um ato primordial e contínuo de livre-vontade (Ìfẹ̀-àtínúwá). O ato de ajoelhar-se (Àkúnlè) diante de Olódùmarè não denota submissão, mas o reconhecimento da senioridade da alta divindade. Nesse sentido, ajoelhar-se inaugura a responsabilidade moral do sujeito sobre o seu próprio vir a ser e não um ato servil.

Dessa forma, a máxima de que o destino não pode ser revertido por atalhos mágicos ("A-yàn-mọ 'ò gb' ogùn") não consiste em uma fatalidade, mas na exigência ética do caráter (ìwà) e do esforço (ẹ̀sẹ̀). A escolha originária tem como ponto de partida um elemento irrevogável, isto é, a própria humanidade. Entretanto, a forma como essa escolha irá se desdobrar na jornada pelo àiyé dependerá unicamente da agência do indivíduo. Mitos de Ifá, como a estória de Afùwàpé em Ogbèyọnú, são histórias sobre o significado de ser humano e sobre como a própria humanidade é uma escolha que acarreta responsabilidade moral. Percebemos que o fatalismo é a antítese de Ifá, pois para os fatalistas, o destino é uma constante inelutável na qual a livre-vontade não passa de mera ilusão. Contudo, se seus intérpretes tivessem se debruçado com mais afinco sobre o conceito de ènìyàn, talvez tivessem percebido o quão equivocado é enquadrar a filosofia de Òrúnmìlà em uma visão fatalista.

Portanto, podemos concluir que Ifá é um sistema filosófico no qual o ser humano é protagonista. Protagonista de seu destino, de suas escolhas e de sua própria humanidade. Àkúnlèyàn, Àkúnlègbà e Ayànmọ são três aspectos diferentes desse protagonismo, que têm em comum a mesma constante, a livre-vontade.

Referências

- ABÍMBÓLÁ, Wande. *Sixteen Great Poems of Ifá*. Paris: UNESCO, 1975.
- BALOGUN, Oladele Abiodun. “The Concepts of Ori and Human Destiny in Traditional Yoruba Thought: A Soft-Deterministic Interpretation”. In: *Nordic Journal of African Studies*, v. 16, n. 1, p. 116-130, 2007.
- BENISTE, José. Dicionário Yorubá-Português. Bertrand Brasil. 1ª edição, 2020.
- GBADEGESIN, Ségún. “Toward a Theory of Destiny”. In: *A Companion to African Philosophy*. Edited by Kwasi Wiredu, p. 313-323, 2004.
- IDOWU, E. Bọlájí. *Olódùmarè: God in Yoruba Belief*. Clifton, NJ: African Tree Press, 2012.
- JAGUN, Márcio. Orí: *A Cabeça como Divindade: História, Cultura, Filosofia e Religiosidade Africana*. Rio de Janeiro: Litteris. E-book (Kindle), 2015.
- MARINS, Luiz L. *As Notas Exegéticas do Corpus Ifá*. Rio de Janeiro: Mouba Press, 2011.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Autor(a) para correspondência / Corresponding author: Carlos Eduardo da Silva Rocha. cadusilvarocha@gmail.com